

ESTRATÉGIAS SOCIALISTAS DE DESENVOLVIMENTO

Organizado pelo Institute of Development Studies da Universidade de Sussex (Inglaterra), realizou-se, entre 12 de Fevereiro e 23 de Março últimos, um seminário subordinado ao tema «Estratégias Socialistas de Desenvolvimento».

Há alguns anos que este Instituto vem promovendo encontros deste tipo, numa tentativa de proporcionar o contacto entre especialistas da economia, sociologia do desenvolvimento, antropologia, etc., fomentando o confronto e a análise de situações muito concretas especialmente de países da África, Ásia e América Latina.

Com participantes de 15 países, este encontro de 6 semanas repartiu-se por sessões de seminário, colóquios, trabalhos de grupo, viagens de estudo e debates com sindicalistas e estudantes universitários britânicos.

A amplitude do tema principal e a profusão de intervenções, quer dos participantes quer dos numerosos «especialistas» convidados, tornam inviável, no quadro desta nota, o desenvolvimento circunstanciado da maneira como decorreu esta conferência alargada.

O confronto das variadas experiências de países cuja estratégia de desenvolvimento se funda num projecto de transformação socialista da sociedade, tornou o seminário um «laboratório» privilegiado da análise política daquelas estratégias, em que os próprios «analistas» eram, na sua maioria, concretos conhecedores, pela sua acção prática, do objecto em estudo.

Ainda que distintas, as experiências soviética ou chinesa, coreana ou cubana, moçambicana ou vietnamita, por exemplo, todas têm em comum a tentativa de construção de um sistema de relações económicas e sociais diferentes daquelas donde emergiram. Analisar as experiências, contribuições e dificuldades de um conjunto de países

como Angola, Papua Nova Guiné, Etiópia, Sri Lanka, Tanzânia, Campuchea ou Moçambique, para só referir alguns casos mais exemplificativos, obrigou a começar por questões de âmbito mais geral como sejam: saber quais as características chave duma estratégia socialista de desenvolvimento; delimitar concretamente os obstáculos postos à substituição do Mercado pelo Plano ou da propriedade privada pela organização colectiva e cooperativa; identificar as dificuldades de natureza económica e política — particularmente as associadas à acumulação — que se levantam quando se enceta uma tal estratégia.

Naturalmente que este debate não pode alhear-se das experiências históricas de revolução socialista e da direcção que lhes foi imprimida. Tornou-se então indispensável a discussão sobre a natureza das relações de classe nas próprias sociedades pós-revolucionárias, o que absorveria toda a primeira semana. Tomados na devida conta às formulações recentes e os testemunhos expressivos de R. Bahro, M. Rakovski e R. Rosdolsky, nomes sonantes da chamada *intelligentsia* de esquerda marginalizada nos países da Europa de Leste, a trajectória revolucionária dessas sociedades foi vista de um prisma metodologicamente mais acertado — o período de transição. Na verdade, mais importante que conhecer o «socialismo existente», quando se trata de criar experiências novas, é o «recuo» ao período de transição ao socialismo. É nele que se criam as estruturas no seio das quais se forja a classe (ou classes) que vai tomar a direcção política na nova sociedade. Alguns participantes mostraram-se reservados quanto à adopção desta linha de reflexão. Será que se a adoptarmos, interrogam, não nos estaremos a afastar do marxismo, virando-nos apenas para o *processo* de revolução socialista, com prejuízo das tarefas concretas da tomada do poder? É na verdade discutir o papel do próprio partido revolucionário, a sua autonomia ou a determinação da sua estrutura pelas tarefas políticas.

Neste debate sobre o voluntarismo/determinismo tem que introduzir-se uma terceira dimensão do pensamento socialista: fazer derivar a prática política da própria natureza da organização. Refiro este aspecto por me parecer determinante para a compreensão de uma das contribuições mais enriquecedoras de todo o seminário. As relações socialistas desenvolvem-se antes mesmo da revolução, da mesma forma como o capital se desenvolveu no seio da

sociedade feudal. Não há então qualquer *momento* para a revolução e, muito menos, existe lugar para o estabelecimento de qualquer calendário para a criação da chamada «base material e técnica» da sociedade socialista. Mostram-nos numerosas experiências revolucionárias de criação de «áreas libertadas» ou «zonas de controle operário» desenvolvidas em contextos históricos de luta, anteriores à tomada do poder, quer contra o colonialismo (Guiné-Bissau, Angola ou Moçambique), quer contra o absolutismo feudal (Etiópia).

Estas experiências fazem-nos reconsiderar a validade da criação de formas de trabalho colectivo, chamemos-lhes *formas pré-figurativas*, a estabelecer no seio e contra a velha sociedade. Serão o embrião das formas mais inventivas e democráticas das novas relações sociais e a cabal resposta às teses voluntaristas sobre a experiência dos partidos revolucionários depois da revolução. Sem negar a contribuição histórica desses partidos, a sua acção será sempre determinada *antes* e não depois ou durante a revolução.

À medida que esta «conclusão» foi tomando corpo, foram-se esboçando algumas divergências entre os participantes. Terá mesmo sido esta a razão porque um dos mais importantes grupos de trabalho, aquele que deveria aprontar o relatório sobre «A Natureza das Sociedades pós-Revolucionárias», colapsou.

Por outro lado, foi mais fácil encontrar uma identidade nas análises sobre aspectos mais particularizados, que não menos problemáticos, cuja discussão sistematizada se iniciou a partir da segunda semana, pela seguinte ordem:

- 1 . Trabalho e Produção: a transformação das relações sociais no campo e na cidade
- 2 . Mercado e Plano: questões estratégicas de política económica socialista
- 3 . Trabalho Doméstico, Educação, Produção de Seres Humanos e Vida Quotidiana
- 4 . Socialismo, Partido, Exército e Estado
- 5 . Luta de Classes Hoje: perspectivas de transição socialista

Destes, o debate sobre a transformação das relações sociais no campo e na cidade tornar-se-ia o mais rico. Vale a pena, por isso, dedicar-lhe alguma atenção. A discussão teórica do tema e os relatos de situações concretas absorveram todo o plenário na tentativa de

caracterização dos objectivos políticos imediatos, após a tomada do poder. Como transformar as relações de produção ao mesmo tempo que se reproduz a vida quotidiana, foi a questão à luz da qual sucessivamente se abordaram inúmeros pontos de que destaque, sem pretender ser exaustivo:

- A questão agrária. O debate soviético dos anos 20 e o exemplo chinês de colectivização em 55-56 ou a (im)possibilidade de falar de «agricultura socialista» (i.e. a contradição entre transformação das relações de produção e o aumento da produção e da produtividade). Da mesma maneira, a impossibilidade de encontrar uma lei geral de actuação neste domínio: nacionalização com indemnização, como na Tanzânia onde 92% da população activa são camponeses ou sem ela, como na Coreia? Constituição de cooperativas (Portugal), comunas (Etiópia) ou «novas zonas económicas» (Vietname)? E a planificação da produção com que o Partido e o Estado serão confrontados? Planificação a longo prazo ou resolução simples de casos de subsistência diária? Qual a posição política dos camponeses e proletários rurais? É possível a sua mobilização? Com recurso explícito à política de incentivos? De que tipo?
- A transformação das relações sociais na cidade. A cidade socialista não é mais o mercado? Que política de espaço e de renda? Que alcance tem a expropriação de segundas casas ou a transferência da sua propriedade para os moradores (Etiópia)? E que dizer de medidas radicais como o abandono forçado da cidade com transferência do trabalho produtivo para o campo (Campuchea)? Dissolve-se, deste modo, a contradição trabalho manual/trabalho intelectual? Onde está a raiz do malogro da Revolução Cultural?
- O dinheiro e a revolução. Que nos ensinam a autocrítica vietnamita sobre o caso do Banco da Indochina em 1945 ou o ilustrativo episódio de Che Guevara e o Banco Central de Cuba? E, de novo, a experiência do Campuchea e a abolição do dinheiro?
- A indústria socialista. Aqui a questão dos valores de uso parece pôr-se em evidência de maneira mais imediata que na agricul-

tura. Podem os revolucionários produzir mais e melhor que os técnicos? Existe uma produção alternativa? Com menos trabalho e menores exigências de meios de produção? Qual a atitude face aos bens de luxo, à produção de armamento ou ao equipamento social? Que limites ao controle operário? Será a nacionalização sinónimo de alteração das relações de produção? Poderá utilizar-se de forma idêntica quer se trate do capital internacional ou do pequeno e médio capital nacional?

O tema Mercado e Plano resvalava no seu primeiro dia de debate para aspectos mais técnicos cujo sentido escapava (também por uma questão de formação) à maior parte dos participantes. Este facto teve, quanto a mim, o grande mérito de ter possibilitado uma radical intervenção de Robin Murray, devastador na crítica aos mecanismos de dominação tecnocrática e à sua ideologia economicista, presentes tanto nos países capitalistas como nos do «socialismo existente». Numa alusão a estes últimos, Murray deter-se-ia na demonstração da forma como a sistemafactura — conceito pelo qual designa a nova era da indústria moderna que privilegia o controle sobre a organização abstracta dos sistemas económicos e sociais, em contraposição à simples propriedade dos meios de produção que caracterizou a dominação de classe no período do capitalismo florescente — se transformou na base material do processo de desenvolvimento de uma nova classe. Daí que, se na época da propriedade privada, a reivindicação progressista era a expropriação dos meios de produção, a reivindicação de hoje, nos países socialistas, é a democratização de todas as áreas da vida social e política.

No final, à luz de todas as hipóteses formuladas, foram apresentados relatórios sobre as perspectivas de transformação socialista, por países e grandes áreas geográficas — Ásia: Bangladesh, Filipinas, Índia e Sri Lanka; África: Etiópia, Ilhas Maurícias, Madagáscar, Namíbia e Quênia; América: Jamaica e Peru; Europa: Hungria, Inglaterra, Jugoslávia e Portugal.

Não seria de esperar que um seminário desta natureza e com esta estrutura chegasse a resultados conclusivos, nem sequer era esse, à partida, o seu objectivo. No entanto, em face das discussões havidas, uma ideia geral pairou sobre todos os participantes: o desenvolvimento socialista não é uma questão de elevados índices de cresci-

mento, rápida industrialização ou financiamento da indústria com o sobreproduto da agricultura. Todas as políticas económicas têm de ser vistas em termos das relações de classe que reproduzem. Nos países socialistas, o político domina o económico. Diferentes políticas tendem a reflectir modificações no equilíbrio de forças. A estratégia de desenvolvimento socialista é então uma questão de *política* e não de políticas. Este seminário discutiu essa estratégia sob um ponto de vista não académico porque só assim poderão os debates revestir-se de uma profunda importância política tanto nos países do socialismo de hoje, como nos países ainda presos às cadeias do capital.

CARLOS FORTUNA